



ReLePe



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

A VALORIZAÇÃO DA DIMENSÃO DA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PELO EMPODERAMENTO DOS DISCURSOS DOS INDIVÍDUOS E GRUPOS NAS EXTREMIDADES DO PODER

Mônica de Souza Houri
Universidade Federal Fluminense - Brasil
E-mail: monihouri@gmail.com

Maria de Fátima Costa de Paula
Universidade Federal Fluminense - Brasil
E-mail: mfatimadepaula@terra.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: O presente trabalho é parte da construção teórico-metodológica de uma pesquisa de doutorado, cujo tema mais amplo é a democratização da educação superior em seu aspecto específico da questão da evasão e da permanência e das políticas elaboradas e aplicadas para tanto. O ponto de partida da nossa abordagem, à luz das percepções de Michel Foucault acerca do poder e da prática discursiva, é o dos sujeitos nas extremidades menos jurídicas do poder, nesse caso os alunos. Resgatamos ainda o que Foucault (2011) considera como matriz permanente do pensamento político ocidental, encontrada na Grécia Clássica, qual seja uma oposição fundada na diferenciação quantitativa - entre os melhores e os piores, ou alguns e a multidão, ou ainda ricos e pobres - e seus desdobramentos. Estabelecemos, nesse ponto, conexão com a ameaça que a promessa sofisticada parecia trazer no cenário grego, através do empoderamento pelo discurso. Com esse resgate, propomos uma reflexão sobre: a) a importância basilar da dimensão da influência no conjunto do ciclo de política (BALL, 1992); b) a necessidade de se construir mecanismos de empoderamento e legitimidade dos discursos dos indivíduos e grupos (FOUCAULT, 2009b) que são, afinal, atravessados em suas existências pelas questões tratadas nas diferentes dimensões do ciclo de política; c) a urgência de incluir-se na formação epistemológica de Políticas Educativas a construção coletiva desses espaços e mecanismos de empoderamento e legitimação dos discursos da maioria.

Palavras-chave: Políticas educativas. Poder e prática discursiva. Dimensão da influência. Empoderamento dos sujeitos.

The challenge of finding a coherent political, theoretical, or ethical base from which to develop purposive critiques and alternative plans of action is not so easy. For those committed to the ideals of fairness and equality of social and civil rights as the bases of a substantive democracy, critique and innovation are even more difficult (FISCHMAN, BALL, GVIRTIZ, 2003, p.01).

Este trabalho, que também pretende ser uma colaboração reflexiva para a epistemologia na área de Políticas Educativas, é parte da fundamentação



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

70311

I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

teórica em desenvolvimento para a tese de doutorado em educação na Universidade Federal Fluminense, cujos temas mais amplo e mais restrito são, respectivamente, a democratização da educação superior e as políticas de permanência/evasão. Com relação às nossas próprias bases epistemológicas no que diz respeito às Políticas Públicas, adotamos a perspectiva da abordagem do ciclo de política (BOWE; BALL; GOLD, 1992), que entendemos dialogar com as concepções de Michel Foucault acerca do discurso e do poder, formando assim nosso principal arcabouço teórico-metodológico no conjunto de nossa pesquisa e da parcela que aqui apresentamos.

Partimos do princípio de que o discurso não seria um instrumento de poder com o qual se luta, mas antes, um instrumento de poder pelo qual se luta (FOUCAULT, 2009) e que as práticas discursivas, em grande medida, organizam a vida dos indivíduos e das sociedades, como podemos ler abaixo:

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2012, p.279).

Entendemos, ainda, que o empoderamento dos sujeitos pelo domínio e legitimidade dos discursos é, desde a Antiguidade Clássica (Grécia, séc. V a.c.), uma ameaça à milenar organização política ocidental. A exemplo dessa ameaça, trazida pela possibilidade de qualquer um ter acesso às arenas de debate com domínio e legitimidade de discurso, sobretudo político, vemos as críticas feitas aos sofistas que, à época mencionada, prometiam ensinar, a quem pudesse pagar, a arte da persuasão, a retórica. Buscamos essa genealogia com as suas bases na Grécia Clássica, uma vez que a democracia que tanto discutimos e perseguimos na contemporaneidade é ainda um desdobramento do que foi pensado, falado e praticado na política grega:

A arte de decidir através da discussão pública – e, então – de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada [...] [os gregos] foram os primeiros a pensar

sistematicamente sobre política, a observar, descrever e, finalmente, formular teorias políticas (FINLEY, 1988, p.26-27).

É nesse contexto que reafirmamos a intrínseca conexão entre o discurso e o poder político, assim como o alcance histórico daquelas formulações e práticas já que, como nos lembram Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954):

O termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão.

No conceito grego de política, vemos a presença da reflexão e, portanto, da razão, isto é, do *logos*, que para os gregos era: “um enunciado significativo dirigido pelo pensamento racional” (WEEDWOOD, 2002, p.28).

Consolidando a nossa percepção da intrínseca conexão entre discurso e poder político, lembramos ainda que o modelo de governo grego era a democracia (*demos*=povo + *kratein*=poder, governo), cuja prática se ancorava em três princípios e palavras-conceitos, quais sejam: a) a isonomia (*iso*=igual, mesmo + *nomos*=lei, regra, norma), quer dizer, o princípio de que a lei se aplica a todos, ou seja, todos aqueles que podem ser considerados cidadãos gozam dos mesmos direitos e deveres; b) a isocracia (*iso*=igual + *kratein*=governo, poder), quer dizer, igualdade de acesso à posições de poder, ou seja, a todos aqueles que podem ser considerados cidadãos é dado o direito de ocuparem cargos políticos na democracia grega; c) a isegoria (*iso*=igual + *agoreuein*=falar, derivada de *ágora*=reunião) quer dizer, o princípio de que todos aqueles que podem ser considerados cidadãos têm o direito de manifestar a sua opinião política de maneira pública, inclusive para determinar e redigir as leis que vigoram em sua *pólis* e, portanto, através do discurso têm direito a tentar persuadir os outros sobre o seu ponto de vista.

Estavam dadas as bases para as disputas políticas e de poder, travadas através dos discursos. Discursos, entretanto, que só eram legitimados e aceitos quando proferidos, redigidos e praticados por aqueles que eram considerados



cidadãos gregos. Sabemos que esse “grupo” de cidadãos gregos era limitado, levando em consideração a totalidade da população grega, entretanto, esses conceitos ampliavam em muito o número de pessoas que, sendo cidadãos, poderiam participar e ascender politicamente, comparando-se com períodos históricos anteriores, e essa ampliação era vista e tratada por alguns como um risco ao bom encaminhamento da *polis*.

E já aqui encontramos o que Foucault chamou de “uma matriz e um desafio permanentes para o pensamento político no mundo ocidental” (2011, p.40), que podemos verificar inclusive na contemporaneidade, que seriam os seguintes princípios combinados:

Primeiro um princípio que poderíamos chamar de princípio quantitativo [...] que numa cidade os indivíduos se distinguem uns dos outros em dois grandes grupos que se caracterizam única mas fundamentalmente, pelo fato de que uns são mais numerosos e outros menos numerosos. De um lado a “multidão”, de outro “alguns” [...] e coloca ao mesmo tempo o problema de saber quem deve governar. [...] Segundo, essa oposição, essa escansão entre os mais numerosos e os outros, coincide com a oposição entre os melhores e os piores. [...] tem o mesmo traçado da delimitação ética entre homens bons e maus. [...] Terceiro, é que essa delimitação ética entre os melhores e os menos bons corresponde a uma distinção política. De um lado o que é bom para os melhores na cidade também é bom para a cidade: o bem para os melhores é o bem para a cidade: o bem para os maus é o mal da cidade. [...] A vontade dos melhores, buscando o bem, é útil para a cidade. A vontade dos piores, buscando seu bem, é ruim para a cidade. [...] Com essa consequência, e é o quarto princípio de que o verdadeiro na ordem do discurso [...] não pode ser dito numa democracia como direito de todos à palavra. O verdadeiro não pode ser dito numa cidade e numa estrutura política senão a partir da demarcação e da institucionalização de uma escansão essencial entre os bons e os maus. [...] Em outras palavras, para que a cidade possa existir, para que possa ser salva, ela precisa de verdade. Mas a verdade não pode ser dita num campo político definido pela indiferença entre os sujeitos falantes [...] É por isso que o dizer-a-verdade não pode ter seu lugar no jogo democrático, na medida em que a democracia não pode reconhecer e não pode abrir espaço para a divisão ética a partir da qual, e a partir da qual somente, o dizer-a-verdade é possível (FOUCAULT, 2011, p.40-41).



Quer dizer, em teoria a democracia não seria capaz de garantir o melhor encaminhamento social, pois permitiria que todos se manifestassem e decidissem para a *polis*, para a coletividade. A ameaça maior viria da possibilidade do grupo de sujeitos que formam a maioria (quantitativa) tomar parte em todo esse processo, uma vez que agiriam a seu próprio favor, não produzindo a verdade que seria passível de ser produzida apenas pelo grupo de sujeitos que compõem uma menor parte, que são também os melhores, a minoria quantitativa. A partir desse entrelaçamento da qualificação dos sujeitos com a produção da verdade, chegamos à ordem dos discursos (FOUCAULT, 2009), que demarca as posições dos sujeitos ou ainda os sujeitos e seu lugar na organização social, definindo aqueles capazes de produzir e reproduzir os discursos “verdadeiros”. Estes, uma vez legitimados como “verdadeiros”, tornam-se referência para os demais sujeitos, devendo, portanto, ser seguidos e obedecidos.

Propomos aqui a conexão com os sofistas. Duas das críticas que foram feitas fortemente aos sofistas foram o fato de que estes prometiam ensinar a qualquer um que pagasse, fossem homens bons ou tiranos, e, além disso, os sofistas não teriam compromisso com a verdade, operando quase sempre sobre a lógica do relativismo.

Grosso modo, ao diferenciar *Physis* de *Nomos*, os sofistas criam, em consequência, uma cisão entre leis da natureza e funcionamento da vida social. Dessa forma, sendo o homem a medida de todas as coisas, não haveria verdade possível a ser descoberta. Os sofistas concentram-se nas habilidades humanas, sobretudo a dos discursos persuasivos, e na vida em grupo, social, cultural. A sua atividade é voltada para a vida na cidade, para o universo político e para a pedagogia do cidadão:

Os sofistas eram, acima de tudo, professores que buscavam a formação do orador, do homem ativo na *polis*, o qual era capaz de ter e defender suas próprias ideias perante assembleias e tribunais. [...] Enquanto especialistas no discurso eram muito bons na argumentação, e, por consequência, no questionamento. A partir deles, nada é aceito *a priori* [...] Com a democracia, a capacidade de fazer prevalecer as suas

próprias ideias era a prerrogativa para se exercer o poder, e era isso o que os sofistas prometiam (QUIRIM, 2010, p. 09).

Os filósofos, ao contrário, diziam buscar a verdade, o conhecimento e a explicação da essência dos seres, por trás das aparências. Os sofistas, como dito anteriormente, foram fortemente acusados por muitos filósofos clássicos, inclusive por Platão, de não terem compromisso com o conhecimento (*episteme*) da verdade pura (*aletheia*). Essa construção discursiva negativa acerca dos sofistas e de sua arte, a retórica, chega aos dias de hoje no senso comum como:

mera manipulação linguística, ornato estilístico e discurso que serve de artifícios irracionais e psicológicos, mais propícios à verbalização de discursos vazios de conteúdo do que à sustentada argumentação de princípios e valores que se nutrem de um raciocínio crítico, válido e eficaz (ALEXANDRE JUNIOR, 2005, p.11).

Não saímos em defesa dos sofistas, sobretudo quanto à crítica que se faz a esse grupo no que diz respeito ao fato de ensinarem a *techne*, a técnica, desprovida, descolada ou independente da ética norteadora das ações. Entretanto, entendemos ser inegável a contribuição desse grupo em seu legado da arte da persuasão, ou seja, da retórica, imortalizada por Aristóteles que sistematizou e, segundo alguns, melhorou essa arte em seu tratado *Retórica* (2005). Essa arte foi eternizada, ainda, em figuras como Górgias, amplamente reconhecido por suas incríveis habilidades argumentativas e discursivas; reconhecido inclusive por parte de seus inimigos, como Platão, que escreve um diálogo intitulado Górgias, ajudando assim a conservar o seu nome na história. Poucas das obras de Górgias chegaram aos nossos tempos, como *Elogio de Helena* (1993), *Defesa de Palamedes* (1993) e *Tratado do Não-Ser ou da Natureza* (1993). Esse último discurso, como nos dizem os tradutores e comentadores (BARBOSA; CASTRO, 1993, p. 29) da obra mencionada:

se integra perfeitamente dentro da mundividência sofisticada, defensora dum cepticismo ontológico e do conseqüente

relativismo de valores. Esta posição filosófica, que desprovia tragicamente a existência humana de fundamentos sólidos, acabava por dar toda a força a um tipo de retórica defensora do discurso hábil cujos suportes verdadeiros e exclusivos eram o sentido da oportunidade (*Kouπός*) e a força da opinião (*ὀπίς*).

Ao mesmo tempo, e apesar dessas bases relativistas, os sofistas, em especial Górgias, tinham como principais preocupações pragmáticas as questões da pedagogia do cidadão e o universo político da *polis*, e para dar conta dessa contradição, Górgias teria lançado mão do que os seus comentadores chamam de *Ética da Situação*. De acordo com essa ética, o autor baseia-se na premissa estabelecida em *Tratado do Não-Ser* de que o pensamento humano é controverso e sempre capaz de no mínimo duas posições que se contrapõem e anulam. No caso de se adotar uma postura de renúncia às pretensões absolutas e às verdades absolutas, contentando-se em agir de forma circunstancial:

no limite das experiências humanas restritas, pode [se] produzir soluções, igualmente circunstanciais e restritas, que no entanto possam orientar a conduta dentro desses limites. Isto é, o homem pode deliberar nos limites de cada situação e aí encontrar talvez formas, sempre provisórias e variáveis, de encaminhar sua vida, e a vida da cidade. Guiando-se por critérios que a experiência já validou, aceitando aquilo que geralmente se tem mostrado melhor, levando em conta a diversidade das circunstâncias, é possível alguma orientação, para a qual Górgias recomenda apoiar-se largamente nas opiniões correntes, não porque sejam justas ou verdadeiras, mas porque já foram em geral testadas e comprovadas na experiência concreta (SILVA, 2013).

Não pretendemos olhar para esse tempo histórico com as lentes da contemporaneidade para fazer julgamentos e dar explicações, mas propomos um resgate, um diálogo com esse poderoso legado dos sofistas quanto ao poder do discurso, à pedagogia do cidadão, à compreensão da importância da renúncia do pensamento à verdade absoluta e à valorização da experiência, dos diferentes saberes.



É nesse ponto precisamente que estabelecemos a conexão entre os aspectos mencionados com relação aos sofistas, a compreensão de Foucault acerca do discurso (2009a) e do poder (2012) e, também, a relevância da dimensão da influência, com o empoderamento daqueles que são atravessados em suas experiências, na perspectiva de abordagem do ciclo de política (BALL; BOWE; GOLD, 1992).

Passamos, então, a fazer as considerações acerca do poder, sobretudo na perspectiva de Michel Foucault (2012) e da abordagem do Ciclo de Política (BALL; BOWE; GOLD, 1992). Para Foucault, o poder faz parte de todas as relações humanas. Está, portanto, disseminado por toda a sociedade; o poder não está concentrado apenas no Estado e em suas instituições. Entendemos que Foucault não via o Estado como único lugar que concentra o poder, o que não significa concluir que este não seja realmente um instrumento aparelhado, inclusive juridicamente, para exercer o poder, na tentativa de dominação do corpo social; é que ao autor interessou investigar o que chama de “agentes reais” que podem ser a família, os professores, os alunos e outros, que acabam gerando determinadas práticas sociais.

Entende-se então, que o poder é exercido em rede e que “nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 2012, p.84). Não convém desta forma, esquecer ou menosprezar o aspecto produtivo e transformador do poder. Essa visão do poder permite que transformações sejam operadas nas relações sociais, partindo do que Foucault chama de extremidades cada vez menos jurídicas do poder (2012), ou ainda, permite que se perceba que as práticas, nas relações de poder, podem ser pensadas e manifestadas em diferentes configurações que, por sua vez, podem levar a outras organizações da vida social, como podemos ler abaixo:

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e

delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 2012, p.282).

O poder traz sempre consigo a resistência: onde há poder, há resistência. Uma dinâmica complementar onde em alguns momentos a resistência se corporifica em reação aos poderes e esses, em outros momentos, reagem a determinadas formas de resistência, instrumentalizando-se numa dinâmica constante que nos faz perceber que poder e resistência são partes de um mesmo todo, estando em constante movimento. Portanto, Foucault não elaborou uma teoria geral do poder, que é compreendido por ele como uma prática social e relacional, e é esse o aspecto que interessa à pesquisa, ou seja, a microfísica do poder, o poder praticado, sofrido e ao mesmo tempo exercido pelos sujeitos e pelas instituições como hospitais, prisões, escolas, universidades e tantas outras que constituem-se nas práticas discursivas.

Tendo-se em mente essa compreensão relacional de poder que constitui as relações sociais, parece-nos produtivo pensar na prática discursiva como algo que se constrói a partir das relações de poder que, por sua vez, determinam as configurações sociais em um dinamismo que é possibilitado pelas resistências inerentes ao poder.

Como desdobramento dessa lógica, encontramos na “abordagem do ciclo de política” de Ball, Bowe e Gold (1992) alguns aspectos que, indo ao encontro da compreensão de poder em Foucault, nos ajudam a pensar as questões investigadas em nossa pesquisa. Ao pensarmos as políticas, os sujeitos e os discursos que envolvem a democratização da educação, percebemos que estes estão presentes e atuantes em diferentes esferas de muitas instituições como nos governos federal, estaduais e municipais, nos organismos internacionais, nas universidades e nas escolas onde os ingressantes em potencial se encontram, nas organizações estudantis, entre outras. E ao pensarmos agora mais especificamente nas políticas e nas práticas discursivas em torno das questões da permanência e da evasão também podemos verificar que essas se dão em diferentes esferas, que



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

7001

I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

podemos também chamar de contextos. Esse panorama demonstra alguns dos âmbitos onde tal discussão é realizada e, portanto, onde as políticas públicas são demandadas, elaboradas, interpretadas, aplicadas, gerando, desta feita, seus respectivos efeitos e discursos, sempre em uma dinâmica complexa que envolve conflitos, disputas de interesses, contradições, consensos ou não, embates e, por fim, efeitos que podem gerar novas demandas em um ciclo que se reinicia e não se esgota. Em termos muito gerais, é essa a nossa compreensão acerca da dinâmica das políticas públicas que foi elaborada por Ball, Bowe e Gold (1992).

Essa abordagem apresenta as políticas públicas em uma dinâmica de muitas instâncias desde a sua demanda inicial, passando pelos embates de diversos sujeitos sociais, pela elaboração dos textos das leis, pelas possíveis diferentes interpretações, aplicações e repercussões e que se caracterizam em cinco contextos que se relacionam entre si e que, portanto, não são estanques. Esses contextos são: o contexto da influência, o contexto da produção do texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. Mainardes (2006) nos fornece algumas explicações e alguns exemplos de cada um dos contextos, como veremos panoramicamente nos trechos a seguir. Sobre o contexto da influência, o autor esclarece que:

O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (MAINARDES, 2006, p.52).

Mainardes nos ajuda ainda a compreender o contexto da produção de textos quando nos diz que estes “representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.” (MAINARDES, 2006, p.53).



Com relação ao contexto da prática, Mainardes lembra que nesse contexto a política está sujeita à interpretação e recriação e é onde “a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p.54).

Já sobre o contexto dos resultados, na mesma obra, nos diz: “nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com as desigualdades existentes.” (MAINARDES, 2006, p.54)

Com relação ao contexto das estratégias políticas, nos esclarece que:

Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Segundo Ball (1994a), este é um componente essencial da pesquisa social crítica e do trabalho daqueles que Foucault chama de “intelectuais específicos”, o qual é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas (MAINARDES, 2006, p.54).

Chamamos a atenção para o fato de que essa abordagem não está em contraposição com as bases teóricas e até metodológicas de Foucault, pelo contrário, elas parecem oferecer um conjunto bastante adequado à nossa pesquisa, como podemos verificar no trecho que segue:

Sobre a política como discurso, Ball (1993a) explica que os discursos incorporam significados e utilizam de proposições e palavras, onde certas possibilidades de pensamento são construídas. A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir “vozes”, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade. Desse modo, com base em Foucault, Ball explica que as políticas podem tornar-se “regimes de verdade” (MAINARDES, 2006, p.54-55).

Em grande medida, essa compreensão da política como discurso que impõe os limites sobre o que é permitido falar, quem pode proferir quais discursos tidos como verdadeiros e a relação de poder implicada nessa construção nos remete ao que Foucault diz ser, em seu livro *A Ordem do Discurso* (2009, p. 9), o mais evidente e familiar procedimento de exclusão, a interdição:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam.

Desta forma, essas articulações teóricas junto aos resgates históricos aqui construídos nos auxiliam a embasar a valorização que se propõe à dimensão da influência nas Políticas Educativas, no sentido de garantir os espaços e os mecanismos que possibilitem aos indivíduos e aos grupos de indivíduos organizados em torno de objetivos específicos terem suas experiências, seus saberes, suas demandas, suas vozes legitimadas. Reforçamos, portanto, a urgência de incluir-se na formação epistemológica das Políticas Educativas a construção coletiva desses espaços e mecanismos de empoderamento e legitimação dos discursos da maioria.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2.ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.

BALL, S.; FICHMAN, G.; GVIRTZ, S. (Orgs.). **Crisis and hope: the educational hopscotch of Latin America**. New York and London: Routledge Falmer, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**, aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II:** curso no *Collège de France* (1983-1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 27. ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.

GÓRGIAS. **Górgias, testemunhos e fragmentos.** Lisboa: Edições Colibri, 1993.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PLATÃO. **Górgias.** Versão eletrônica do diálogo platônico "Górgias". Tradução: Carlos Alberto Nunes. Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis>. Acesso em: dez. 2013.

QUIRIM, D. J. **O filósofo e o sofista, em Isócrates. Uma análise do discurso "contra os sofistas".** Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, F. L. **Górgias. Arethusa** - plataforma *online* do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://arethusa.fflch.usp.br/node/34>. Acesso em: dez. 2013.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.